



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 559

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

DATA 08/03/2012	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 559, DE 2012
--------------------	-----------------------------------

AUTOR <b>DEP. ÂNGELO AGNOLIN- PDT/TO</b>	Nº PRONTUÁRIO
---	---------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 ( ) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Dê-se ao § 4º, do art. 15 da Lei nº 3.890-A, constante do art. 2º da Medida Provisória nº 559, de 2012, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

"Art. 15 .....

§ 4º Fica autorizada a dispensa de procedimento licitatório para a venda à ELETROBRÁS de participação acionária da Celg Distribuição S.A. - CELG D."

#### JUSTIFICAÇÃO

O § 4º acrescentado pela MP ao art. 15 da Lei nº 3.890-A deve ser restrito ao caso de que trata a MP nº 559/2012.

Entendemos que esse dispositivo, se generalizado, pode induzir à prática de tarifas insuficientes para o equilíbrio econômico-financeiro dessas empresas, por interesse dos Estados nos quais exploram a geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização, dada a garantia de venda de participação acionária à ELETROBRÁS, sem processo licitatório, como forma de cobrir os seus débitos com entidades federais e estaduais, basicamente débitos intrasetoriais.

Podemos exemplificar essa questão, apresentando a diferença entre as tarifas residenciais vigentes cobradas pela CELG-D e pela CELTINS, sendo a tarifa da primeira (R\$/kWh) 0,29353 e a tarifa da segunda (R\$/kWh) 0,44766.

Podemos concluir que o desequilíbrio econômico da CELG-D deveu-se, principalmente, pela defasagem da tarifa em relação aos reais custos da empresa.

Assim, acreditamos que a presente emenda possa evitar a continuidade das distorções que se observam atualmente.

ASSINATURA

